



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639886 - PE (2021/0011436-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ENIO JOSE ALVES DE CARVALHO SA
ADVOGADO : ÊNIO JOSÉ ALVES DE CARVALHO SÁ - PE036399
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : SILVANA MEIRELES DE LIRA (PRESO)
CORRÉU : MARIA LUCIA MEIRELLES DE SANTANA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SILVANA MEIRELES DE LIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Processo n. 0000698-60.2020.8.17.0000).

A paciente foi presa preventivamente em 01/04/2019 e condenada em 18/02/2020 pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 à pena de 5 anos, 2 meses e 15 dias de reclusão no regime inicial semiaberto.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o magistrado de origem deixou de aplicar o tráfico privilegiado, previsto no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06 e não concedeu o direito de recorrer em liberdade sem fundamentação idônea.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, a concessão do tráfico privilegiado e a possibilidade de recorrer em liberdade. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado, eis que a impetração não foi conhecida. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.

GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida s

upressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência